

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Dezembro/2022



Concurso Público para o Provimento de Cargos de
Analista Judiciário
Área Administrativa – Especialidade
Contabilidade

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Gerais**
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Não é na ciência que está a felicidade,
mas na aquisição da ciência.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Redação a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Leia o trecho inicial do conto “Pai contra mãe”, de Machado de Assis, para responder às questões de números 1 a 5.

A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço; outro, o ferro ao pé. Havia também a máscara de folha de flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dois pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas. Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na porta das lojas. Mas não cuidemos de máscaras.

O ferro ao pescoço era aplicado aos escravos fujões. Imaginai uma coleira grossa, com a haste grossa também, à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave. Pesava, naturalmente, mas era menos castigo que sinal. Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pegado.

Há meio século, os escravos fugiam com frequência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão. Sucedia ocasionalmente apanharem pancada, e nem todos gostavam de apanhar pancada. Grande parte era apenas repreendida; havia alguém de casa que servia de padrinho, e o mesmo dono não era mau; além disso, o sentimento da propriedade moderava a ação, porque dinheiro também dói. A fuga repetia-se, entretanto. Casos houve, ainda que raros, em que o escravo de contrabando, apenas comprado no Valongo, deitava a correr, sem conhecer as ruas da cidade. Dos que seguiam para casa, não raro, apenas ladinos, pediam ao senhor que lhes marcasse aluguel, e iam ganhá-lo fora, quitandando.

Quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro a quem lho levasse. Punha anúncios nas folhas públicas, com os sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, se o tinha, o bairro por onde andava e a quantia de gratificação. Quando não vinha a quantia, vinha promessa: “gratificar-se-á generosamente”, – ou “receberá uma boa gratificação”. Muita vez o anúncio trazia em cima ou ao lado uma vinheta, figura de preto, descalço, correndo, vara ao ombro, e na ponta uma trouxa. Protestava-se com todo o rigor da lei contra quem o acoutasse.

(Adaptado de: Assis, Machado de. **50 contos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007)

1. O narrador dirige-se explicitamente a seus leitores no seguinte trecho:
 - (A) *O ferro ao pescoço era aplicado aos escravos fujões. Imaginai uma coleira grossa, com a haste grossa também, à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave.* (2º parágrafo)
 - (B) *Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço; outro, o ferro ao pé.* (1º parágrafo)
 - (C) *Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na porta das lojas.* (1º parágrafo)
 - (D) *Pesava, naturalmente, mas era menos castigo que sinal. Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pegado.* (2º parágrafo)
 - (E) *Quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro a quem lho levasse. Punha anúncios nas folhas públicas, com os sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, se o tinha, o bairro por onde andava e a quantia de gratificação.* (4º parágrafo)

2. Casos houve, ainda que raros, em que o escravo de contrabando, apenas comprado no Valongo, deitava a correr (3º parágrafo)
No contexto em que se insere, o trecho sublinhado expressa ideia de
 - (A) comparação.
 - (B) consequência.
 - (C) causa.
 - (D) concessão.
 - (E) condição.

3. Verifica-se o emprego de vírgula para assinalar a elipse de um verbo em:
 - (A) *Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pegado.* (2º parágrafo)
 - (B) *Imaginai uma coleira grossa, com a haste grossa também, à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave.* (2º parágrafo)
 - (C) *Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço; outro, o ferro ao pé.* (1º parágrafo)
 - (D) *Há meio século, os escravos fugiam com frequência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão.* (3º parágrafo)
 - (E) *Grande parte era apenas repreendida; havia alguém de casa que servia de padrinho, e o mesmo dono não era mau; além disso, o sentimento da propriedade moderava a ação, porque dinheiro também dói.* (3º parágrafo)



4. Em *Escravo que fugia assim* (2º parágrafo), o termo sublinhado exerce a mesma função sintática da expressão sublinhada em:
- (A) *Era grotesca tal máscara* (1º parágrafo).
 (B) *Havia também a máscara de folha de flandres* (1º parágrafo).
 (C) *Tinha só três buracos* (1º parágrafo).
 (D) *não cuidemos de máscaras* (1º parágrafo).
 (E) *os escravos fugiam com frequência* (3º parágrafo).
-
5. *Quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro a quem lho levasse. Punha anúncios nas folhas públicas, com os sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, se o tinha, o bairro por onde andava e a quantia de gratificação.* (4º parágrafo)
- Os termos sublinhados acima constituem, respectivamente,
- (A) uma preposição, um artigo e um pronome.
 (B) um pronome, um artigo e um pronome.
 (C) um artigo, um pronome e um artigo.
 (D) um pronome, um pronome e um artigo.
 (E) uma preposição, um pronome e um artigo.

Atenção: Considere o trecho do poema abaixo para responder às questões de números 6 a 10.

*Esta velha angústia,
 Esta angústia que trago há séculos em mim,
 Transbordou da vasilha,
 Em lágrimas, em grandes imaginações,
 Em sonhos em estilo de pesadelo sem terror,
 Em grandes emoções súbitas sem sentido nenhum.*

*Transbordou.
 Mal sei como conduzir-me na vida
 Com este mal-estar a fazer-me pregas na alma!
 Se ao menos endoidecesse deveras!
 Mas não: é este estar-entre,
 Este quase,
 Este poder ser que...,
 Isto.*

*Um internado num manicômio é, ao menos, alguém.
 Eu sou um internado num manicômio sem manicômio.
 Estou doído a frio,
 Estou lúcido e louco,
 Estou alheio a tudo e igual a todos:
 Estou dormindo desperto com sonhos que são loucura
 Porque não são sonhos.
 Estou assim...*

(Fernando Pessoa. **Obra poética**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1997)

6. No poema, o eu lírico manifesta, sobretudo,
- (A) indiferença.
 (B) nostalgia.
 (C) indignação.
 (D) esperança.
 (E) inquietação.
-
7. No poema, o eu lírico expressa um desejo no seguinte verso:
- (A) *Eu sou um internado num manicômio sem manicômio.* (3ª estrofe)
 (B) *Mal sei como conduzir-me na vida* (2ª estrofe)
 (C) *Com este mal-estar a fazer-me pregas na alma!* (2ª estrofe)
 (D) *Se ao menos endoidecesse deveras!* (2ª estrofe)
 (E) *Estou dormindo desperto com sonhos que são loucura* (3ª estrofe)
-
8. Verifica-se o emprego da figura de linguagem conhecida como hipérbole no seguinte verso:
- (A) *Esta velha angústia,* (1ª estrofe).
 (B) *Esta angústia que trago há séculos em mim,* (1ª estrofe).
 (C) *Em grandes emoções súbitas sem sentido nenhum.* (1ª estrofe).
 (D) *Mal sei como conduzir-me na vida* (2ª estrofe).
 (E) *Um internado num manicômio é, ao menos, alguém.* (3ª estrofe).
-
9. No poema, o eu lírico recorre a um enunciado paradoxal no seguinte verso:
- (A) *Mal sei como conduzir-me na vida* (2ª estrofe).
 (B) *Esta velha angústia,* (1ª estrofe).
 (C) *Estou lúcido e louco,* (3ª estrofe).
 (D) *Um internado num manicômio é, ao menos, alguém.* (3ª estrofe).
 (E) *Estou assim...* (3ª estrofe).



10. As palavras podem mudar de classe gramatical sem sofrer modificação na forma. A este processo de enriquecimento vocabular pela mudança de classe das palavras dá-se o nome de "derivação imprópria".

(Adaptado de CUNHA, Celso. **Gramática essencial**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013)

Constitui exemplo de derivação imprópria o vocábulo sublinhado em:

- (A) Esta velha angústia, (1ª estrofe).
- (B) Este quase, (2ª estrofe).
- (C) Transbordou da vasilha, (1ª estrofe).
- (D) Porque não são sonhos. (3ª estrofe).
- (E) Estou assim... (3ª estrofe).

Raciocínio Lógico-Matemático

11. Na tabela, temos o registro do número semanal de livros novos recebidos pela biblioteca.

Sem 1	Sem 2	Sem 3	Sem 4	Sem 5	Sem 6	Sem 7	Sem 8
15	8	12	?	?	30	26	35

Sabe-se que a média semanal de recebimento de livros é de 21 livros; no entanto, os números correspondentes às semanas 4 e 5 foram perdidos. A informação que foi recuperada é que o número de livros recebidos na semana 5 é 10% superior ao número da semana 4. Na semana 5 foram recebidos:

- (A) 12 livros.
 - (B) 15 livros.
 - (C) 19 livros.
 - (D) 22 livros.
 - (E) 25 livros.
12. Em uma prestação de contas registrou-se que foram gastos 35% do total do orçamento na primeira semana, 20% da quantia restante na segunda semana e 25% do que ainda havia em caixa na terceira semana. Após esse último registro, verificou-se que restavam R\$ 4.875,00 em caixa. O valor do orçamento inicial era de
- (A) R\$ 10.000,00
 - (B) R\$ 12.500,00
 - (C) R\$ 14.000,00
 - (D) R\$ 15.500,00
 - (E) R\$ 17.000,00
13. Aldo e Beto têm, juntos, 235 figurinhas. Aldo tem 25 figurinhas a mais do que o dobro do número de figurinhas de Beto. A diferença entre o número de figurinhas de Aldo e de Beto é
- (A) 100
 - (B) 125
 - (C) 85
 - (D) 105
 - (E) 95
14. A produção de 864 veículos de uma fábrica foi planejada de forma que os números de veículos brancos e de veículos cinza produzidos fossem, respectivamente, o triplo e o quádruplo do número de veículos pretos produzidos. O número de veículos pretos produzidos deve ser
- (A) 96
 - (B) 105
 - (C) 121
 - (D) 130
 - (E) 136
15. Se Adão vai ao cinema, Benedito consegue estudar e Carla não faz brigadeiro. Carla fez brigadeiro, então podemos afirmar que
- (A) Benedito conseguiu estudar.
 - (B) Adão não foi ao cinema.
 - (C) Benedito não conseguiu estudar.
 - (D) Adão foi ao cinema.
 - (E) Adão foi ao cinema se Benedito conseguiu estudar.

**Legislação**

16. Acerca dos vencimentos do servidor público, nos termos da Lei nº 8.112/1990,
- (A) o servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para quitar o débito.
 - (B) exclui-se do teto de remuneração do servidor a gratificação recebida por encargo de curso ou concurso.
 - (C) o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível, salvo na hipótese de pandemia.
 - (D) o servidor perderá a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, ressalvadas, entre outros, ausências, por até 5 dias, para alistamento ou recadastramento eleitoral.
 - (E) o vencimento e a remuneração do servidor não serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, exceto nos casos de proventos previdenciários e prestação de alimentos resultante de decisão judicial.
-
17. Nos termos da Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal,
- (A) a intimação do interessado deverá conter sua identificação, a finalidade da intimação e a indicação dos fatos, sendo desnecessária a indicação dos fundamentos legais pertinentes à infração cometida, uma vez que a ninguém é dado alegar ignorância da lei.
 - (B) por razões de ordem técnica ou jurídica, a competência para edição de atos de caráter normativo é passível de delegação, para outros órgãos, ainda que não sejam hierarquicamente subordinados ao órgão administrativo a quem ela foi atribuída como própria.
 - (C) na hipótese de o interessado postular a suspeição da autoridade processante, sendo indeferida essa alegação, caberá recurso, com efeito suspensivo, pois o curso do processo administrativo depende da solução definitiva desse incidente.
 - (D) após a conclusão da instrução do processo administrativo, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, porém, conforme a complexidade do caso em julgamento, serão permitidas até mais 2 (duas) prorrogações por iguais períodos, expressamente motivadas.
 - (E) o desatendimento a intimação para ciência de decisão ou efetivação de diligências, no curso do processo, não importará no reconhecimento da verdade dos fatos nela contidos, tampouco em renúncia a direito pelo administrado.
-
18. Ao definir as modalidades de licitação, a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) estabelece que se utiliza
- (A) a concorrência, para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia.
 - (B) o concurso, para escolha de trabalho técnico, científico e artístico, sendo restrita aos candidatos que estejam vinculados a universidades ou escolas técnicas federais.
 - (C) o leilão, para aquisição de bens e serviços comuns a quem oferecer o maior lance.
 - (D) o pregão, para aquisição de bens imóveis ou de bens móveis, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.
 - (E) a licitação internacional, para as hipóteses em que haja cotação de preços em moeda estrangeira, devendo ser processada no exterior, na sede da representação brasileira, para ser executada em território nacional.
-
19. No tocante ao direito ao trabalho da pessoa com deficiência, a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência)
- (A) garante aos trabalhadores com deficiência acessibilidade em curso de formação, não sendo exigível quando se tratar de curso de capacitação.
 - (B) estabelece que a pessoa com deficiência tem direito, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a condições justas e favoráveis de trabalho, incluindo igual remuneração por trabalho de igual valor.
 - (C) assegura que a pessoa com deficiência tenha direito a promoções horizontais, considerado o cargo para o qual foi contratada, mas não o direito a planos de carreira e promoções verticais, cuja criação se insere na discricionariedade do empregador.
 - (D) obriga as pessoas jurídicas de direito público a garantirem ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos, não se aplicando essa regra às pessoas jurídicas de direito privado, que se sujeitam ao regime da livre iniciativa.
 - (E) veda restrição ao trabalho da pessoa com deficiência e qualquer discriminação em razão de sua condição, ressalvadas as etapas prévias de recrutamento e seleção, que se destinam a apurar a plena aptidão do candidato ao cargo.
-
20. Nos termos do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região,
- (A) o Diretor e o Vice-Diretor da Escola Judicial serão eleitos entre os Desembargadores do Trabalho, pelos integrantes do Órgão Especial, com mandato de 2 (dois) anos.
 - (B) a Escola Judicial está vinculada à Presidência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e objetiva, na forma do seu Regulamento, o aprimoramento técnico-cultural de magistrados.
 - (C) na hipótese de vacância do cargo de Presidente do Tribunal, antes de completado o primeiro ano de mandato, a eleição para preenchimento da vaga será realizada na primeira sessão que se seguir, em prazo não superior a 10 (dez) dias, com posse imediata, concluindo o eleito o tempo de mandato do antecessor.
 - (D) o Presidente do Tribunal, quando eleito, tomará posse imediatamente perante o Órgão Especial, ocasião em que prestará compromisso de cumprir os deveres do cargo, em conformidade com a Constituição e as leis da República.
 - (E) os membros da Comissão de Vitaliciamento serão eleitos entre os Desembargadores do Trabalho, pelos integrantes do Órgão Especial, com mandato de 2 (dois) anos.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Contabilidade Aplicada ao Setor Público**

21. De acordo com a NBC TSP 04, estoques de
- (A) produtos a serem distribuídos gratuitamente por meio de cesta básica devem ser mensurados pelo valor realizável líquido, se este valor for menor que o seu custo de aquisição.
 - (B) materiais educacionais adquiridos em 24/08/2021 por meio de transação sem contraprestação devem ser mensurados pelo seu custo de liberação nessa data.
 - (C) materiais educacionais adquiridos em 24/08/2021 por meio de transação sem contraprestação devem ser mensurados pelo seu custo histórico, se este custo for menor que o seu valor realizável líquido em 24/08/2021.
 - (D) alimentos mantidos para a preparação de comida que será distribuída por meio da cobrança de valor irrisório devem ser mensurados pelo custo histórico, se este custo for maior que o seu custo de substituição.
 - (E) alimentos mantidos para a preparação de comida que será distribuída por meio da cobrança de valor irrisório devem ser mensurados pelo custo corrente de reposição, se este custo for menor que o seu custo histórico.
-
22. Em um ente público, uma variação patrimonial
- (A) qualitativa decorre do recebimento antecipado de tributos.
 - (B) qualitativa decorre do recebimento de dinheiro em doação, sem condições atreladas à doação.
 - (C) quantitativa decorre do registro contábil de passivos contingentes.
 - (D) qualitativa decorre da reversão de provisão reconhecida em exercício financeiro anterior.
 - (E) quantitativa decorre da emissão da nota de empenho referente a serviços de jardinagem.
-
23. Uma entidade pública recebeu do fornecedor, em 01/09/2021, um veículo novo adquirido por R\$ 72.000,00. Nesta mesma data, o veículo foi colocado em uso pela entidade e a sua vida útil e o seu valor residual foram estimados, respectivamente, em 6 anos e R\$ 7.200,00. Para o registro contábil da depreciação do veículo referente ao mês de setembro de 2021, calculada pelo método das cotas constantes, a entidade efetuou, no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, um lançamento à
- (A) débito em conta contábil pertencente à classe 3 pelo valor de R\$ 1.000,00.
 - (B) crédito em conta contábil pertencente à classe 3 pelo valor de R\$ 900,00.
 - (C) débito em conta contábil pertencente à classe 4 pelo valor de R\$ 1.000,00.
 - (D) crédito em conta contábil pertencente à classe 1 pelo valor de R\$ 900,00.
 - (E) débito em conta contábil pertencente à classe 1 pelo valor de R\$ 1.000,00.

Atenção: Para responder às questões de números 24 e 25, considere as informações a seguir, que foram extraídas das demonstrações contábeis de um ente público. As informações são referentes ao exercício financeiro de 2021 e os valores estão expressos em reais (R\$):

Previsão Inicial da Receita Corrente	187.000.000,00
Previsão Atualizada da Receita Corrente.....	140.500.000,00
Receita Corrente Lançada	96.000.000,00
Receita Corrente Arrecadada.....	148.100.000,00
Previsão Inicial da Receita de Capital.....	62.300.000,00
Previsão Atualizada da Receita de Capital	65.300.000,00
Receita de Capital Arrecadada	58.400.000,00
Dotação Inicial da Despesa Corrente.....	187.000.000,00
Dotação Atualizada da Despesa Corrente	169.750.000,00
Despesa Corrente Empenhada.....	168.000.000,00
Despesa Corrente Liquidada.....	167.590.000,00
Despesa Corrente Paga.....	159.000.000,00
Dotação Inicial da Despesa de Capital.....	62.300.000,00
Dotação Atualizada da Despesa de Capital	49.000.000,00
Despesa de Capital Empenhada.....	42.900.000,00
Despesa de Capital Liquidada	36.100.000,00
Despesa de Capital Paga.....	21.000.000,00
Pagamento de Restos a Pagar inscritos em 31/12/2020	811.000,00
Reconhecimento de Depreciação	78.000,00
Reconhecimento de Ajuste de Perdas de Estoques	9.000,00
Recebimento de Depósito Caução.....	130.000,00

24. Com base nessas informações tomadas em conjunto e de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o referido ente público apresentou, no Quadro Principal do Balanço Orçamentário referente ao exercício financeiro de 2021,
- (A) resultado de execução orçamentária superavitário de R\$ 26.500.000,00.
 - (B) resultado de execução orçamentária deficitário de R\$ 4.400.000,00.
 - (C) economia orçamentária total ou saldo total da dotação de R\$ 38.400.000,00.
 - (D) excesso de arrecadação de R\$ 42.800.000,00.
 - (E) insuficiência de arrecadação de R\$ 42.800.000,00.



25. Com base nessas informações tomadas em conjunto e de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o resultado financeiro apurado por meio do Balanço Financeiro do ano de 2021 foi
- (A) positivo em R\$ 25.819.000,00.
 - (B) positivo em R\$ 26.500.000,00.
 - (C) positivo em R\$ 25.689.000,00.
 - (D) negativo em R\$ 5.081.000,00.
 - (E) positivo em R\$ 25.732.000,00.
-
26. O reconhecimento de crédito tributário no lançamento da receita é evidenciado, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público,
- (A) na Demonstração dos Fluxos de Caixa como Atividades Operacionais.
 - (B) no Balanço Patrimonial como Ativo Financeiro.
 - (C) no Quadro Principal do Balanço Orçamentário como Receitas Correntes Realizadas.
 - (D) no Balanço Financeiro como Recebimentos Extraorçamentários.
 - (E) na Demonstração das Variações Patrimoniais como Variações Patrimoniais Aumentativas.
-
27. No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, a conta contábil
- (A) "Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras" pertence à natureza da informação de resultado.
 - (B) "Execução da Administração Financeira" pertence ao subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa.
 - (C) "Previsão Inicial da Receita Bruta" pertence à classe Variações Patrimoniais Aumentativas.
 - (D) "Passivos Contingentes" pertence à classe Controles Devedores.
 - (E) "Inscrição de Restos a Pagar" pertence à classe Passivo e Patrimônio Líquido.
-
28. Considere as afirmativas a seguir:
- I. Nenhum ativo intangível gerado internamente que se encontre em fase de pesquisa deve ser reconhecido como ativo intangível no Ativo Não Circulante de uma entidade. Os gastos relacionados à geração desses ativos devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos.
 - II. O valor amortizável do ativo intangível com vida útil indefinida deve ser alocado de forma sistemática ao longo da sua vida útil.
 - III. Amortização é o período durante o qual se espera que o ativo esteja disponível para a utilização pela entidade.
 - IV. Se um ativo intangível for reconhecido pelo modelo da reavaliação após o reconhecimento inicial, ele deve ser apresentado pelo custo, menos qualquer amortização e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.
 - V. Marcas, títulos de publicações, listas de usuários de um serviço e outros itens de natureza similar gerados internamente não devem ser reconhecidos como ativo intangível.
- De acordo com a NBC TSP 08, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, IV e V.
 - (B) I e V.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) II e V.

Orçamento Público

29. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público,
- (A) a previsão da receita no momento da aprovação da Lei Orçamentária Anual deve ser registrada por meio de um crédito em conta contábil pertencente à classe 5 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
 - (B) os recursos financeiros oriundos de superávit financeiro devem ser reconhecidos como receita orçamentária por meio do registro em contas contábeis pertencentes à classe 6 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
 - (C) o cancelamento de despesas inscritas em restos a pagar deve ser reconhecido como receita orçamentária por meio do registro em contas contábeis pertencentes às classes 5 e 6 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
 - (D) a arrecadação da receita durante a execução da Lei Orçamentária Anual deve ser reconhecida como receita orçamentária por meio do registro em contas contábeis pertencentes às classes 5 e 6 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
 - (E) o lançamento da receita tributária dá origem a um ativo permanente registrado por meio do registro em contas contábeis pertencentes à natureza da informação patrimonial do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
-
30. As despesas para a aquisição de materiais de limpeza registrados no estoque de uma entidade pública quando recebidos, para a concessão do adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas e para a aquisição de um veículo novo que será utilizado por 7 anos por uma entidade pública dão origem, respectivamente, a despesas orçamentárias classificadas quanto ao impacto na situação patrimonial líquida em
- (A) efetiva, efetiva e não efetiva.
 - (B) efetiva, não efetiva e não efetiva.
 - (C) não efetiva, efetiva e não efetiva.
 - (D) não efetiva, não efetiva e não efetiva.
 - (E) não efetiva, efetiva e efetiva.



31. De acordo com o Ementário da Classificação por Natureza de Receita, a receita com
- (A) "Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte" é classificada na origem Receita Patrimonial.
 - (B) "Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público" é classificada na origem Receita Patrimonial.
 - (C) "Inscrição em Concursos e Processos Seletivos" é classificada na origem Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria.
 - (D) "Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente" é classificada na origem Receita de Serviços.
 - (E) "Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia" é classificada na origem Receita de Serviços.
-
32. De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais, o Demonstrativo
- (A) da Receita Corrente Líquida integra o Relatório de Gestão Fiscal e apresenta a apuração da receita orçamentária realizada durante um exercício financeiro.
 - (B) da Evolução do Patrimônio Líquido integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e deve ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.
 - (C) da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos apresenta as receitas arrecadadas com Exploração de Patrimônio Imobiliário do Estado, Valores Mobiliários e Alienação de Bens.
 - (D) dos Resultados Primário e Nominal possui o objetivo de verificar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na Lei Orçamentária Anual.
 - (E) da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, que integra o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias referente ao exercício de 2023, avalia as metas relativas ao exercício de 2021.
-
33. As informações a seguir se referem ao adiantamento de valor concedido a um servidor de um ente público:
- 20/12/2021: empenho da despesa pelo valor de R\$ 185,00.
21/12/2021: liquidação da despesa pelo valor total empenhado.
23/12/2021: pagamento da despesa ao servidor pelo valor total empenhado.
10/01/2022: devolução de R\$ 185,00 pelo servidor em decorrência da não utilização do adiantamento recebido em 23/12/2021.
- Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o referido ente público reconheceu
- (A) um Ingresso Extraorçamentário em 10/01/2022.
 - (B) uma receita orçamentária em 10/01/2022.
 - (C) uma Variação Patrimonial Aumentativa em 10/01/2022.
 - (D) uma Variação Patrimonial Diminutiva em 20/12/2021.
 - (E) uma Variação Patrimonial Diminutiva em 23/12/2021.
-
34. As informações apresentadas no quadro a seguir correspondem a parte da classificação institucional de um ente público:
- | Órgão Orçamentário | Unidade Orçamentária |
|-----------------------------------|--|
| 18.000 – Secretaria de Segurança | 18.121 – Departamento de Segurança Urbana
18.159 – Departamento de Segurança Rural |
| 21.000 – Secretaria de Transporte | 21.254 – Departamento de Transporte Escolar
21.267 – Departamento de Transporte Rural |
- Considere ainda que as unidades orçamentárias discriminadas no quadro são também unidades gestoras.
- De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a
- (A) descentralização de créditos orçamentários da unidade gestora 18.121 para a 18.159 corresponde a um repasse.
 - (B) descentralização de créditos orçamentários da unidade gestora 18.121 para a 21.254 corresponde a um sub-repasse.
 - (C) descentralização de créditos orçamentários da unidade gestora 18.121 para a 21.254 corresponde a um destaque.
 - (D) liberação de recursos financeiros da unidade gestora 21.254 para a 21.267 corresponde a um destaque.
 - (E) liberação de recursos financeiros da unidade gestora 21.254 para a 18.159 corresponde a uma provisão.
-
35. A Lei Orçamentária Anual de um ente público municipal referente ao exercício financeiro de 2022, de acordo com a Lei nº 4.320/1964,
- (A) pode conter autorização ao Poder Executivo do referido ente para realizar operações de crédito por antecipação da receita em qualquer mês do exercício financeiro de 2022 para atender a insuficiências de caixa.
 - (B) pode indicar a receita prevista com operações de crédito por antecipação da receita como Receita de Capital e a despesa fixada para o pagamento de juros e encargos da dívida como Despesa Corrente.
 - (C) deve incluir demonstrativo em que são estabelecidas metas fiscais e o montante da dívida pública para os exercícios financeiros de 2022, 2023 e 2024.
 - (D) deve incluir emendas parlamentares aprovadas no limite de 1,2% da receita orçamentária realizada pelo referido ente no exercício financeiro de 2021.
 - (E) deve estabelecer a forma de utilização da reserva de contingência, cujo montante é definido com base na receita orçamentária realizada pelo referido ente no exercício financeiro de 2021.



36. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o empenho de despesa para a amortização do principal da dívida pública e o recebimento de depósito caução dão origem, respectivamente, a
- (A) uma despesa de capital e a uma receita corrente.
 - (B) uma despesa de capital e a um ativo permanente.
 - (C) um passivo financeiro e a uma receita corrente.
 - (D) um passivo financeiro e a um passivo financeiro.
 - (E) um passivo permanente e a um ativo financeiro.

Administração Financeira e Orçamentária

37. O princípio do orçamento bruto determina a inclusão de receitas e despesas
- (A) sem deduções ou compensações.
 - (B) a cada exercício fiscal novamente na Lei Orçamentária.
 - (C) todos em uma única Lei Orçamentária Anual.
 - (D) por seus valores líquidos.
 - (E) conforme originalmente rascunhadas por cada unidade orçamentária.
38. *Cumpra advertir, desse modo, que a cláusula da “reserva do possível” – ressalvada a ocorrência de justo motivo objetivamente aferível – não pode ser invocada, pelo Estado, com a finalidade de exonerar-se do cumprimento de suas obrigações constitucionais, notadamente quando, dessa conduta governamental negativa, puder resultar nulificação ou, até mesmo, aniquilação de direitos constitucionais impregnados de um sentido de essencial fundamentalidade.* (STF ADPF nº 45/DF Min. Rel. Celso de Mello)
- Acerca da expressão ‘reserva do possível’, é correto afirmar que é uma tese que encontra origem na doutrina alemã e preconiza que o Estado-Administração
- (A) apenas pode realizar os direitos fundamentais na medida em que dispuser de meios, o que limita o controle judicial do Orçamento Público.
 - (B) deve realizar os direitos fundamentais como atribuídos na Constituição, o que fundamenta o controle judicial do Orçamento Público.
 - (C) deve dispor de crédito orçamentário com reserva de recursos em favor do Poder Judiciário, o que fundamenta o controle judicial do Orçamento Público.
 - (D) deve realizar apenas os direitos fundamentais que lhe sejam possíveis, o que fundamenta o controle judicial do Orçamento Público.
 - (E) não deve realizar os direitos fundamentais como atribuídos na Constituição, legando-os ao arbítrio do Poder Judiciário.
39. *O caput deste artigo estabelece que o projeto de lei do plano plurianual deverá ser devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa, enquanto o § 2º obriga o seu envio, ao Poder Legislativo, até o dia 30 de abril do primeiro ano do mandato do Chefe do Poder Executivo. Isso representará não só um reduzido período para a elaboração dessa peça, por parte do Poder Executivo, como também para a sua apreciação pelo Poder Legislativo, inviabilizando o aperfeiçoamento metodológico e a seleção criteriosa de programas e ações prioritárias de governo.* (Razões de Veto ao art. 3º da LRF. Mensagem 627/2000)
- É certo que o art. 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal como originalmente decretado pelo Congresso Nacional era o principal da Lei a cuidar diretamente do Plano Plurianual, mas foi vetado nos termos da mensagem acima. À míngua de tal regulamento,
- (A) nem o Plano Plurianual nem seu Projeto são regulados, em prazos ou vigências por qualquer outra norma, mas pelos costumes da prática orçamentária que vieram sendo adotados reiteradamente desde 1988.
 - (B) o Projeto do Plano Plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente, será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, nos termos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
 - (C) o Projeto do Plano Plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente, será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, nos termos da Lei nº 4.320/1964.
 - (D) o Projeto do Plano Plurianual, com vigência fixa de quatro exercícios financeiros consecutivos, será encaminhado até o encerramento do primeiro exercício financeiro do mandato a que se referir e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa subsequente, nos termos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
 - (E) o Projeto do Plano Plurianual, com vigência fixa de quatro exercícios financeiros consecutivos, será encaminhado até o encerramento do primeiro exercício financeiro do mandato a que se referir e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa subsequente, nos termos do Lei nº 4.320/64.

40. É conteúdo obrigatório da Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos da legislação em vigor
- (A) o demonstrativo regionalizado de efeitos das renúncias de receitas.
 - (B) o anexo com previsão de agregados fiscais.
 - (C) a estimativa de impacto da criação ou aperfeiçoamento das ações governamentais nos dois exercícios subsequentes.
 - (D) o demonstrativo regionalizado de diretrizes, objetivos e metas.
 - (E) o anexo de projetos prioritários.



41. Considere a imagem obtida do volume I da Lei nº 14.303/2022 (LOA 2022). Considere, ademais, que a Justiça do Trabalho tem por código de órgão “15”, e que os gastos analisados encontram-se no âmbito do orçamento fiscal (código “10”).

105	Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul	22.944.773
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	22.944.773
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	22.944.773
0033 4256 0043	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio Grande do Sul	22.944.773
106	Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia	6.454.492
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	6.454.492
0033 2191	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública	129.312
0033 2191 0029	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública - No Estado da Bahia	129.312
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	6.325.180
0033 4256 0029	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado da Bahia	6.325.180
107	Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco	8.046.026
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	8.046.026
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	8.046.026
0033 4256 0026	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Pernambuco	8.046.026
108	Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará	4.635.629
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	4.635.629
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	4.635.629
0033 4256 0023	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Ceará	4.635.629

353

(Disponível em: <https://www.gov.br>. Acessado em: 23/10/2022)

Acerca da correta classificação funcional da despesa, que consta da linha 8 na figura, é correto afirmar ser

- (A) 15.106.0033.003.2191.10.
- (B) 0033.2191.0029.15.
- (C) impossível concluir apenas dos dados fornecidos.
- (D) 0033.2191.0029.
- (E) 15.106.

42. Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

- I. o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II. os provenientes de excesso de arrecadação;
- III. os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;
- IV. o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

[...] Excerto da Lei nº 4.320/1964

Art. 167. São vedados:

- [...]
- V. a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

[...] Excerto da Constituição Federal de 1988.

Considerando os excertos normativos acima, bem como a disciplina dos créditos adicionais, é correto afirmar:

- (A) A relação de fontes de que trata o §1º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964 é exaustiva, não havendo que se falar em outras.
- (B) Embora a relação de fontes de que trata o §1º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964 pretenda ser exaustiva, e a despeito de não estar regulada em lei, tornou-se praxe o uso da chamada “reserva de contingência” apta a figurar como fonte para créditos adicionais.
- (C) Embora a relação de fontes de que trata o §1º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964 pretenda ser exaustiva, e a despeito de não estar regulada em lei, tornou-se praxe a utilização de “vetos ou rejeições” apta a figurar enquanto fonte para créditos adicionais.
- (D) A relação de fontes de que trata o §1º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964 é exaustiva, mas atualmente somente é empregada na abertura de créditos adicionais extraordinários.
- (E) À relação de fontes de que trata o §1º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964 se somam os “vetos e rejeições”, regulada pela Constituição Federal, e a “reserva de contingência”, regulada pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

43. Embora a definição de “economia orçamentária” seja doutrinária, variando entre as fontes, é mais comum que seja definida como a diferença entre a despesa fixada em lei e a despesa empenhada até o fim do exercício. Considere um cenário em que a contabilidade do exercício indique economia orçamentária positiva, segundo a definição apresentada, bem como montante de despesas pagas inferior ao de despesas liquidadas, e este, por sua vez, inferior ao de despesas empenhadas. Nesse caso

- (A) há erro, pois a economia orçamentária do cenário deveria apresentar número negativo.
- (B) há erro, pois as despesas empenhadas não podem exceder as despesas liquidadas.
- (C) não há erro, devendo haver inscrição em restos a pagar que corresponderão ao superávit da execução orçamentária.
- (D) não há erro, devendo haver regular inscrição em restos a pagar, mas nada se pode afirmar a respeito do resultado da execução orçamentária.
- (E) embora não exista erro contábil, a diferença entre despesas pagas e empenhadas deve ser lançado em restos a pagar processados, gerando o correspondente superávit na execução orçamentária, que será fictício.



44. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, se o relatório resumido de execução orçamentária indicar que a execução da receita poderá não propiciar o cumprimento da meta fiscal, torna-se possível nos termos
- (A) do Plano Plurianual, a limitação de movimentação financeira.
 - (B) da Lei Orçamentária Anual, a limitação da liquidação de contratos executados.
 - (C) da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a limitação do pagamento de despesas liquidadas.
 - (D) da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a limitação do empenho.
 - (E) da Lei Orçamentária Anual, a limitação do empenho.

Direito Administrativo e de Administração Pública

45. São exemplos de integrantes da Administração direta e da Administração indireta, respectivamente:
- (A) o Gabinete da Casa Civil e a Defensoria Pública da União.
 - (B) os Correios e o Banco do Brasil.
 - (C) o Ministério da Economia e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).
 - (D) o Tribunal Superior do Trabalho e os Juízes do Trabalho.
 - (E) a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe) e o Ministério do Trabalho e Previdência.

46. *A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na Administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.* (Enunciado da Súmula Vinculante nº 13)

As decisões do Supremo Tribunal Federal amiúde recorrem à ponderação, em que algumas normas são sopesadas em relação às demais do sistema. Na edição da SV nº 13 pesaram mais e menos, respectivamente, os princípios da

- (A) Eficiência e da Moralidade.
 - (B) Moralidade e da Impessoalidade.
 - (C) Publicidade e da Moralidade.
 - (D) Impessoalidade e da Legalidade.
 - (E) Legalidade e da Publicidade.
-
47. Quanto aos poderes administrativos é
- (A) vinculado aquele em que não há margem de liberdade para o exercício.
 - (B) de polícia aquele em que não há margem de liberdade para o exercício.
 - (C) discricionário aquele em que não há margem de liberdade para o exercício.
 - (D) vinculado aquele em que sempre há margem de liberdade para o exercício, nos limites da lei.
 - (E) de polícia aquele em que sempre há margem de liberdade para o exercício, nos limites da lei.
-
48. As contas do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho são
- (A) apreciadas pelo Tribunal de Contas da União, que emite parecer prévio para julgamento pelo Conselho Nacional de Justiça.
 - (B) tomadas pelo Tribunal de Contas da União, que as julga.
 - (C) apreciadas pelo Tribunal de Contas do Estado em que instalado, que emite parecer prévio para julgamento pelo Conselho Nacional de Justiça.
 - (D) tomadas pelo Tribunal de Contas do Estado em que instalado, que as julga.
 - (E) apreciadas pelo Tribunal de Contas da União que emite parecer prévio para julgamento pelo Congresso Nacional.
-
49. É exemplo de Autarquia Federal
- (A) o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT-5).
 - (B) o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
 - (C) o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO).
 - (D) a Controladoria-Geral da União (CGU).
 - (E) o Departamento de Polícia Federal.
-
50. Entre os elementos (ou requisitos) do ato administrativo estão a
- (A) competência e a autoexecutoriedade.
 - (B) vinculação e a imperatividade.
 - (C) discricionariedade e a presunção de legitimidade.
 - (D) data e o local.
 - (E) competência e a finalidade.



51. O direito da Administração de anular os atos administrativos que praticar e dos quais decorram efeitos favoráveis para os destinatários
- (A) ainda que decaia, é compatível com outras medidas de impugnação de sua validade, mesmo inócurrenente má-fé.
(B) não decai nem prescreve, de acordo com a Constituição Federal.
(C) decai em cento e vinte dias, contados da data em que foram praticados.
(D) decai em dez anos, contados da data em que foram praticados.
(E) decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados.
52. Percebida como excessivamente abrangente, a descrição da conduta ímproba delineada ao art. 11 da Lei nº 8.429/1992 foi mais bem pormenorizada com a edição da Lei nº 14.230/2021. Com o advento de tal reforma da Lei de Improbidade, para caracterização do ato de que trata o art. 11, passou-se a exigir
- (A) o enriquecimento ilícito do agente e a afastar a simples violação do dever de lealdade às instituições.
(B) o concurso de pessoas e a exigir a existência de parecer jurídico prévio desfavorável.
(C) dolo na conduta e a afastar a simples violação do dever de lealdade às instituições.
(D) o concurso de pessoas e a afastar a simples violação do dever de lealdade às instituições.
(E) dolo na conduta e a exigir o enriquecimento ilícito do agente.

Contabilidade Geral

53. Com base nas características qualitativas das informações contábeis, previstas no Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2), é correto afirmar que:
- (A) São características qualitativas fundamentais a representação fidedigna e a materialidade, as quais têm como propósito aumentar a relevância das informações contábeis.
(B) A comparabilidade é uma característica qualitativa de melhoria das informações contábeis, sendo um conceito sinônimo para uniformidade.
(C) Para serem úteis, as informações contábeis devem ser relevantes e representar fidedignamente o evento (características fundamentais). A utilidade da informação contábil aumenta se a informação também for comparável, verificável, tempestiva e compreensível (características de melhoria).
(D) Para que sejam úteis, as informações contábeis devem ser relevantes e comparáveis (características fundamentais). A utilidade da informação contábil aumenta se a informação também representar fidedignamente o evento, for verificável, tempestiva e compreensível (características de melhoria).
(E) As características qualitativas de melhoria, por si só, podem fazer com que as informações contábeis se tornem úteis caso essas informações sejam irrelevantes.
54. A empresa Concursos S.A. divulgou sua Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) para o ano fiscal de 20X1 conforme abaixo:

Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) Concursos S.A. Exercício findo em 20X1	
Receita líquida de vendas	4.100,00
(-) Custo da mercadoria vendida (CMV)	(1.640,00)
(=) Lucro bruto	2.460,00
(-) Despesa de aluguel	(150,00)
(-) Despesa de salários	(300,00)
(-) Despesa de depreciação	(100,00)
(=) Lucro antes do Imposto de Renda (LAIR)	1.910,00
(-) Despesa com Imposto de renda (34%)	(649,40)
(=) Lucro líquido	1.260,60

Informações adicionais:

- Incidência de ICMS (alíquota: 18%), tanto na compra quanto na venda de mercadorias.
- O lucro apurado em 20X1 foi retido por meio da constituição de reservas. Não houve distribuição de lucros durante o período.
- Os empregados são funcionários próprios da empresa.

O valor em Reais (R\$) correspondente ao valor adicionado total a distribuir, apresentado na Demonstração do Valor Adicionado (DVA) da empresa Concursos S.A, para o exercício fiscal de 20X1, foi:

- (A) 3.260,00.
(B) 2.900,00.
(C) 2.010,00.
(D) 2.360,00.
(E) 3.000,00.



55. A empresa ABC apresentou as seguintes demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício) para o ano de 20X1:

Balanço Patrimonial – Empresa ABC (em Reais)					
	31/12/20X0	31/12/20X1		31/12/20X0	31/12/20X1
Ativo circulante	355.000	341.000	Passivo circulante	155.000	148.100
Caixa	220.000	200.000	Fornecedores	120.000	90.200
Contas a receber	50.000	75.000	Salários a pagar	35.000	15.000
Estoques	85.000	66.000	Dividendos a pagar	0	42.900
Ativo não circulante	200.000	270.000	Passivo não circulante	200.000	220.000
Terreno	200.000	0	Financiamentos	200.000	220.000
Equipamentos	0	300.000	Patrimônio líquido	200.000	242.900
(-) Depreciação acumulada	0	(30.000)	Capital social	200.000	200.000
			Reservas de lucros	0	42.900
Ativo Total	555.000	611.000	Passivo Total	555.000	611.000

Demonstração do Resultado (DRE) – Empresa ABC (em Reais)	
Exercício findo em 20X1	
Receita líquida de vendas	1.000.000
(-) Custo da Mercadoria Vendida (CMV)	(650.000)
(=) Lucro bruto	350.000
(-) Despesas de salários	(25.000)
(-) Despesas administrativas	(120.000)
(-) Despesas de depreciação	(30.000)
(-) Despesas com vendas	(45.000)
(+) Lucro na venda de terrenos	20.000
(=) Lucro antes do resultado financeiro	150.000
(-) Despesa de juros	(20.000)
(=) Lucro antes do imposto de renda (LAIR)	130.000
(-) Despesa com imposto de renda (34%)	(44.200)
(=) Lucro líquido	85.800

Informações adicionais:

- Não houve contratação de novos empréstimos, e tampouco pagamento do empréstimo existente.
- Tanto a venda do terreno quanto a aquisição de equipamentos foram feitas a vista.

O valor em Reais (R\$) correspondente ao total do fluxo de caixa das atividades operacionais, para o ano de 20X1 da empresa ABC, é:

- (A) 60.000 (positivo).
 (B) 20.000 (negativo).
 (C) 40.000 (positivo).
 (D) 72.000 (positivo).
 (E) 171.600 (positivo).
-
56. A empresa Investidora S.A. adquiriu, em 02/01/20X1, 60% de participação na empresa Investida S.A., obtendo controle da empresa investida. O valor pago na aquisição foi de R\$ 80.000. Na data da aquisição (02/01/20X1), o patrimônio líquido contábil e a valor justo da Investida S.A. eram de R\$ 100.000 e R\$ 115.000, respectivamente. A diferença refere-se somente ao valor de um terreno que faz parte do ativo imobilizado da Investida S.A. Após a aquisição da participação, tal investimento na Investida S.A. passou a ser mensurado pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP) nas demonstrações contábeis individuais da Investidora S.A. No final de 20X1, a empresa Investida S.A. apurou um lucro de R\$ 30.000 e distribuiu dividendos de R\$ 10.000. Considere que durante o ano de 20X1 não houve indícios de perdas por *impairment* e que não há incidência de impostos.
- Os valores em Reais (R\$) evidenciados na Demonstração do Resultado (DRE) de 20X1 e no Balanço Patrimonial (BP) encerrado em 31/12/20X1, das demonstrações contábeis individuais da empresa Investidora S.A. foram, respectivamente:
- (A) Resultado da participação (DRE) = 18.000 e Saldo de Investimentos (BP) = 92.000.
 (B) Resultado da participação (DRE) = 18.000 e Saldo de Investimentos (BP) = 98.000.
 (C) Resultado da participação (DRE) = 12.000 e Saldo de Investimentos (BP) = 92.000.
 (D) Resultado da participação (DRE) = 6.000 e Saldo de Investimentos (BP) = 80.000.
 (E) Resultado da participação (DRE) = 12.000 e Saldo de Investimentos (BP) = 80.000.



57. A empresa Spitz S.A. possuía alguns processos judiciais em andamento, cujas informações são dadas a seguir.

Número do processo	Provisão reconhecida em 31/12/20X0 (em Reais)	Probabilidade de perda considerada em 31/12/20X1	Valor reestimado da perda em 31/12/20X1 (em Reais)
1	200.000	Provável	170.000
2	-	Provável	75.000
3	-	Remoto	130.000
4	-	Provável	45.000
5	100.000	Possível	115.000

O valor em Reais (R\$) que a empresa Spitz S.A. deve reconhecer no resultado de 20X1 e no Balanço Patrimonial de 31/12/20X1 são, respectivamente:

- (A) Resultado positivo de 105.000 e saldo de 405.000.
- (B) Resultado negativo de 90.000 e saldo de 290.000.
- (C) Resultado negativo de 105.000 e saldo de 405.000.
- (D) Resultado negativo de 120.000 e saldo de 290.000.
- (E) Resultado positivo de 10.000 e saldo de 290.000.

58. O patrimônio líquido da empresa PET S.A. em 31/12/20X0 era composto pelo Capital Social de R\$ 400.000 e pela Reserva Legal de R\$ 70.000. Como política de distribuição de lucros, a empresa PET S.A. constitui a reserva legal de acordo com a legislação societária brasileira. Os dividendos mínimos obrigatórios definidos no estatuto social são de 35% do lucro líquido ajustado e o valor remanescente do lucro é destinado para reserva para expansão.

Considerando que em 20X1 o lucro líquido da empresa PET S.A. foi de R\$ 264.000, os valores em Reais (R\$) destinados em 20X1 para constituição da reserva legal, para distribuição de dividendos e para a constituição da reserva para expansão, foram, respectivamente:

- (A) 10.000, 92.400 e 161.600.
- (B) 13.200, 87.780 e 163.020.
- (C) 10.000, 88.900 e 165.100.
- (D) 13.200, 92.400 e 158.400.
- (E) 10.000, 87.780 e 166.220.

59. No dia 01/01/20X1 a empresa XYZ S.A. aplicou R\$ 560.000 em ativos financeiros. Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 48, tais aplicações foram classificadas da seguinte forma:

Aplicação	Valor aplicado (em Reais)	Taxa de juros ao ano	Classificação (CPC 48)
Título 1	200.000	5%	Mensurado ao custo amortizado
Título 2	250.000	12%	Mensurado ao valor justo pelo resultado do exercício
Título 3	110.000	15%	Mensurado ao valor justo pelo resultado abrangente
Total	560.000		

No dia 31/12/20X1 o valor justo dos títulos no mercado eram:

Aplicação	Valor justo – 31/12/20X1
Título 1	215.000
Título 2	270.000
Título 3	135.000
Total	620.000

Os valores em Reais (R\$) que devem ser apresentados como saldo das aplicações financeiras no Balanço Patrimonial de 31/12/20X1 e como receita financeira na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) de 20X1 são, respectivamente:

- (A) 620.000 e 51.500.
- (B) 615.000 e 46.500.
- (C) 615.000 e 55.000.
- (D) 615.000 e 56.500.
- (E) 620.000 e 60.000.

60. A empresa TecnoInfo S.A. vende o produto Tech, o qual está registrado em estoque pelo custo de R\$ 250.000. Entretanto, no final do ano de 20X1, surgiu no mercado uma nova tecnologia mais moderna, que fez com que a empresa TecnoInfo S.A. tivesse que reduzir o preço de venda do Tech para R\$ 220.000. Além disso, para que a venda se concretize, a empresa TecnoInfo S.A. incorrerá em custos adicionais de R\$ 10.000.

Com base nessas informações, o valor em Reais (R\$) do ajuste a ser reconhecido nos estoques ao final de 20X1, bem como o lançamento contábil correspondente, são:

- (A) 30.000; débito em conta de resultado e crédito em conta redutora da conta de estoques.
- (B) 40.000; débito em conta de resultado e crédito em conta redutora da conta de estoques.
- (C) 10.000; débito em conta de resultado e crédito em conta redutora da conta de estoques.
- (D) 40.000; débito na conta de estoques e crédito em caixa.
- (E) 30.000; débito na conta de estoques e crédito em caixa.



Prova Discursiva-Redação

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado [...] Capítulo 10. [...] 10.3 Na Prova Discursiva-Redação, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital. 10.3.1 A Prova Discursiva-Redação tem o objetivo de avaliar a proficiência em Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, considerando a capacidade de compreender e expor argumentos com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade a respeito do tema, com base nos textos de apoio propostos, avaliando inclusive a correção gramatical, segundo os critérios definidos nos itens 10.3 a 10.8 deste Capítulo. 10.4 Considerando que o texto constitui uma unidade, os itens discriminados a seguir serão avaliados em estreita correlação, do que não decorre proporcionalidade na atribuição dos pontos para cada um deles: 10.4.1 **Conteúdo – até 40 (quarenta) pontos:** a) perspectiva adotada no tratamento do tema; b) capacidade de análise e senso crítico em relação ao tema proposto; c) consistência dos argumentos, clareza e coerência no seu encadeamento. 10.4.2 **Estrutura – até 30 (trinta) pontos:** a) respeito ao gênero solicitado; b) progressão textual e encadeamento de ideias; c) articulação de frases e parágrafos (coesão textual). 10.4.2.1 A nota será prejudicada, proporcionalmente, caso ocorra, no Conteúdo, abordagem tangencial, parcial ou diluída em meio a divagações e/ou colagem de textos e de questões apresentados na prova. 10.4.3 **Expressão – até 30 (trinta) pontos:** a) desempenho linguístico de acordo com o nível de conhecimento exigido para o Cargo; b) adequação do nível de linguagem adotado à produção proposta e coerência no uso; c) domínio da norma culta formal, com atenção aos seguintes itens: estrutura sintática de orações e períodos, elementos coesivos; concordância verbal e nominal; pontuação; regência verbal e nominal; emprego de pronomes; flexão verbal e nominal; uso de tempos e modos verbais; grafia e acentuação. 10.4.3.1 A avaliação da expressão não será feita de modo estanque ou mecânico, mas sim de acordo com sua estreita correlação com os demais critérios. 10.5 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Redação a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto Federal nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.6 Será atribuída nota **ZERO** à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; g) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 10.7 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 10.8 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.9 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 60 (sessenta) pontos.

I

A sociedade que se formou da reunião de várias aldeias constitui a Cidade, que tem a faculdade de se bastar a si mesma, sendo organizada não apenas para conservar a existência, mas também para buscar o bem-estar.

(ARISTÓTELES. **A política**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 4)

II

O homem que cavalga longamente por terrenos selváticos sente o desejo de uma cidade. Finalmente, chega a Isidora, cidade onde os palácios têm escadas em caracol incrustadas de caracóis marinhos, onde se fabricam à perfeição binóculos e violinos [...]. Ele pensava em todas essas coisas quando desejava uma cidade. Isidora, portanto, é a cidade de seus sonhos.

(CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Biblioteca Folha de São Paulo, 1972, p. 6)

III

O conceito de “vida entre edifícios” inclui um grande número de atividades que as pessoas realizam ao usar o espaço público: deslocamentos de um lugar para outro, caminhadas, paradas curtas, longas, olhar vitrines, conversas e encontros, exercícios, danças, atividades recreativas, trocas e comércio, jogos, shows de rua e até mendigos. [...] Todos os acontecimentos da vida ocorrem enquanto circulamos entre nossos semelhantes. A vida, em toda a sua diversidade e esplendor, aparece diante de nós quando estamos a pé. Em cidades vitais, sustentáveis, saudáveis e seguras, o pré-requisito para o desenvolvimento da vida urbana é que haja oportunidades para caminhar. Tomando uma perspectiva mais ampla, no entanto, fica claro que uma série de oportunidades socialmente valiosas e recreativas surgem quando são cultivadas e quando a caminhada é incentivada. [...] Nas cidades, caminhar é muito mais do que apenas passear! Há contato entre as pessoas e a comunidade, os prazeres livres da vida e as várias experiências sensoriais são usufruídas. Em sua essência, caminhar é uma forma especial de comunhão entre pessoas que compartilham o espaço público, como um lugar de circulação [...].

(Adaptado de: GEHL, Jan. **Ciudades para la gente**. Buenos Aires: Ediciones Infinito, 2014, p. 19)

Com base em I, II e III, elabore um texto **dissertativo-argumentativo** acerca do seguinte tema:

Direito à cidade como condição de bem-estar social



Prova Discursiva-Redação

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

R A S C U N H O

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO